

AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL: CONTRIBUIÇÕES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

Laura Rosa da Costa

RESUMO

A formação profissional de estudantes com deficiência envolve processos educacionais relacionados à aprendizagem, à autonomia e à participação social. O presente estudo tem como objetivo compreender como a literatura relaciona práticas pedagógicas inclusivas ao desenvolvimento da autonomia e da participação de estudantes com deficiência em contextos de formação profissional. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-interpretativo, fundamentada em produções científicas sobre educação inclusiva, acessibilidade curricular, tecnologias assistivas e preparação para o mundo do trabalho. A discussão organiza-se em três dimensões: autonomia e participação nos processos formativos; contribuições das práticas pedagógicas inclusivas; e relações entre formação profissional e participação social. A análise aponta que a organização das atividades, a diversificação dos recursos pedagógicos e a consideração das necessidades educacionais podem ampliar as oportunidades de participação dos estudantes. Também evidencia a importância da formação docente e das condições institucionais para a construção de experiências educacionais acessíveis. Conclui-se que a formação profissional inclusiva precisa considerar, além da aquisição de conhecimentos técnicos, as oportunidades de escolha, aprendizagem e participação oferecidas aos estudantes com deficiência.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Autonomia. Participação. Formação profissional. Práticas pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

A formação profissional de estudantes com deficiência envolve processos educacionais relacionados à aprendizagem, à autonomia e à participação social. Além da aquisição de conhecimentos técnicos, a preparação para o mundo do trabalho compreende experiências que podem contribuir para o desenvolvimento de habilidades e a realização de escolhas. Diniz (2007) destaca que as barreiras à participação também estão relacionadas às condições oferecidas pelos ambientes educacionais. No Brasil, a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.394/1996, o Decreto nº 6.949/2009 e a Lei nº 13.146/2015 estabelecem

fundamentos para a garantia do direito à educação, à acessibilidade e à participação das pessoas com deficiência (Brasil, 1988; Brasil, 1996; Brasil, 2009; Brasil, 2015).

A relação entre formação profissional e autonomia tem sido discutida em estudos sobre os percursos educacionais de pessoas com deficiência. Redig (2019; 2021) aborda a formação inclusiva e suas relações com a vida independente, enquanto Trentin e Raitz (2018) discutem a formação profissional de jovens com deficiência intelectual. Nesse contexto, as práticas pedagógicas inclusivas assumem importância por envolverem adaptações curriculares, estratégias de ensino e recursos de acessibilidade. Pereira Júnior et al. (2026), Oliveira e Varela (2026) e Locatelli et al. (2026) contribuem para compreender diferentes possibilidades de organização das atividades educacionais, considerando as necessidades de aprendizagem e participação dos estudantes.

Diante dessas questões, o presente estudo tem como objetivo compreender como a literatura relaciona práticas pedagógicas inclusivas ao desenvolvimento da autonomia e da participação de estudantes com deficiência em contextos de formação profissional.

2 METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo-interpretativo, voltada à compreensão das relações entre práticas pedagógicas inclusivas, autonomia e participação de estudantes com deficiência na formação profissional. A investigação fundamenta-se em produções científicas sobre educação inclusiva, acessibilidade curricular, tecnologias assistivas e formação profissional, considerando as contribuições de Redig (2019; 2021), Trentin e Raitz (2018), Dantas (2019), Locatelli et al. (2026) e Savaris (2026). Conforme Vosgerau e Romanowski (2014), a pesquisa bibliográfica permite organizar e interpretar conhecimentos produzidos sobre determinado tema.

A análise fundamenta-se nos princípios da análise temática de Bardin (2011), sendo organizada em três eixos: autonomia e participação nos processos formativos; práticas pedagógicas inclusivas e aprendizagem; e relações entre formação profissional e participação social. A interpretação busca identificar aproximações entre os estudos e compreender as contribuições das práticas pedagógicas para a formação de estudantes com deficiência, considerando as particularidades dos diferentes contextos educacionais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura indica que a autonomia e a participação de estudantes com deficiência dependem das condições de aprendizagem oferecidas pelas instituições educacionais. Diniz (2007) destaca que as barreiras à participação também são socialmente produzidas, enquanto a Lei Brasileira de Inclusão estabelece a garantia de acessibilidade e condições de aprendizagem (Brasil, 2015). Nesse contexto, a autonomia não se limita à realização independente de tarefas, envolvendo oportunidades de escolha, comunicação e participação. Redig (2019; 2021) contribui para essa compreensão ao discutir os percursos formativos inclusivos e suas relações com a vida independente.

As práticas pedagógicas inclusivas podem ampliar essas oportunidades por meio da adaptação de materiais, da diversificação das estratégias de ensino e da organização de atividades acessíveis. Pereira Júnior et al. (2026) discutem a adaptação curricular para estudantes com deficiência visual, enquanto Oliveira e Varela (2026) abordam estratégias direcionadas a estudantes com deficiência intelectual. Na formação profissional, essas práticas precisam considerar a articulação entre conhecimentos teóricos e atividades práticas, preservando os objetivos de aprendizagem e as necessidades dos estudantes. Trentin e Raitz (2018) contribuem para essa discussão ao investigar a formação profissional de jovens com deficiência intelectual.

As tecnologias assistivas também representam possibilidades de ampliar o acesso aos conteúdos e a participação nas atividades educacionais. Locatelli

et al. (2026) discutem suas relações com a acessibilidade e a inovação pedagógica, enquanto Savaris (2026) destaca a importância da formação docente para sua utilização. Entretanto, esses recursos precisam estar integrados ao planejamento pedagógico, considerando os objetivos educacionais e as necessidades dos estudantes. Guimarães e Barros (2026) também ressaltam os desafios relacionados à construção de ambientes educacionais acessíveis, evidenciando a importância das condições institucionais e das práticas docentes.

A participação dos estudantes nas atividades e nas decisões relacionadas à própria formação constitui outra dimensão da autonomia. Dantas (2019), ao analisar a experiência de um jovem com deficiência intelectual em atividades laborais, relaciona trabalho e empoderamento, enquanto Redig (2021) discute as relações entre formação acadêmica e vida independente. Essas contribuições permitem compreender que a formação profissional inclusiva ultrapassa o desenvolvimento de habilidades técnicas, envolvendo experiências de expressão, escolha e participação que podem contribuir para a construção da autonomia dos estudantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou compreender como a literatura relaciona práticas pedagógicas inclusivas ao desenvolvimento da autonomia e da participação de estudantes com deficiência na formação profissional. A autonomia não se limita à realização independente de tarefas, envolvendo também possibilidades de escolha, comunicação e envolvimento nas experiências formativas. Nesse contexto, a diversificação das estratégias de ensino, as tecnologias assistivas e a formação docente podem contribuir para enfrentar barreiras educacionais e ampliar as oportunidades de aprendizagem.

Conclui-se que a inclusão exige práticas educacionais que reconheçam os estudantes com deficiência como participantes ativos de seus percursos

formativos, assegurando oportunidades de aprendizagem, escolha e participação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECKER, K. L. Como a deficiência afeta a educação e o trabalho de jovens no Brasil. **Nova Economia**, v. 29, n. 3, p. 1009-1039, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/4077>.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República, 2009.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

COÑOMAN, G. I.; ÁVILA, V.; CARMONA, C. Initiatives to support the school-to-work transition of people with intellectual disabilities: a systematic review. **Journal of Intellectual & Developmental Disability**, v. 49, n. 4, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3109/13668250.2024.2317799>.

DANTAS, T. C. Empoderamento e trabalho: análise da experiência de um jovem com deficiência intelectual em atividades laborais. **Revista Cocar**, v. 13, n. 25, 2019.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

GUIMARÃES, S.; BARROS, C. A. **Educação inclusiva em foco: desafios e possibilidades para uma escola acessível a todos**. [S. l.]: Editora Dialética, 2026.

LOCATELLI, R. L. et al. Tecnologia assistiva na educação inclusiva: inovação, acessibilidade e práticas pedagógicas contemporâneas. **Revista Ilustração**, v. 7, n. 3, p. 19-30, 2026.

OLIVEIRA, G. de; VARELA, K. da S. Práticas pedagógicas inclusivas: estratégias e atividades adaptadas para estudantes com deficiência intelectual. **Anais do Seminário de Educação Inclusiva da UEMS**, v. 1, n. 1, p. 11, 2026.

PEREIRA JÚNIOR, A. C. et al. Inclusão escolar e adaptação curricular: possibilidades para práticas pedagógicas inclusivas e a especificidade da deficiência visual. **Revista Tópicos**, v. 4, n. 35, p. 1-17, 2026.

REDIG, A. G. Caminhos formativos no contexto inclusivo para estudantes com deficiência e outras condições atípicas. **Revista Educação Especial**, v. 32, p. 1-19, 2019.

REDIG, A. G. Formação acadêmica e vida independente: um diálogo a ser construído. **Educação**, v. 46, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984644443012>.

SAVARIS, R. B. Formação docente e tecnologias assistivas: caminhos para a construção de práticas pedagógicas inclusivas. **Aurum Revista Multidisciplinar**, v. 2, n. 7, e262096, 2026.

SILVA CASAGRANDE, J. A. da; BAADE, J. H. Transição de jovens com deficiência para o mundo do trabalho: contribuições da educação básica, do apoio familiar e das políticas públicas. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 25, n. 81, e8359, 2026.

TAVARES, A. M. M. et al. A importância da qualidade educacional para o desenvolvimento global da pessoa com deficiência. **RCMOS: Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, v. 1, n. 2, 2025.

TRENTIN, V. B.; RAITZ, T. R. Educação e trabalho: formação profissional para jovens com deficiência intelectual na escola especial. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 62, 2018.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 41, 2014. DOI: <https://doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.DS08>.